

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.332 - PE (2019/0276824-1)

RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RECORRIDO : VERONICA MARIA TAVARES DE ALBUQUERQUE
ADVOGADOS : TAIANY ALÓDIO DE SOUSA - PE038731
ANDRÉ FELIPE TORQUATO LEÃO - PE036383

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Verônica Maria Tavares de Albuquerque ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), em agosto de 2017, tendo como objetivo a declaração de licitude da acumulação dos cargos públicos da Autora, bem como a anulação do ato administrativo que determinou que a Autora fizesse a opção entre os dois cargos públicos ocupados.

Após sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, ficando consignado que embora a cargas horárias somadas totalizem 64 horas, no cargo de Analista em Saúde, o regime de trabalho é de plantonista nos finais de semana, atuando a servidora de segunda a sexta no outro cargo, motivo pelo qual não há como se falar em choque de horários.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ÁREA DE SAÚDE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REFORMA DA SENTENÇA.

1. Trata-se de apelação interposta pela autora contra sentença do Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que julgou improcedente o pedido formulado na inicial, que objetivava a manutenção da autora nos cargos de Analista de Saúde do Estado de Pernambuco e de Assistente de Laboratório da UFPE.

2. De acordo com o art. 37, XVI, "c", da CF, "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.[...] c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas".

3. De acordo com o Ofício Pres. CRF/PE nº 179/207, o Conselho Federal de Farmácia editou a Resolução nº 485/08 CFF, em vigor, que regulamenta o cargo de assistente de laboratório, prevendo os "assemelhados" em razão das inúmeras denominações a que são classificados tais profissionais de nível médio, a exemplo do "assistente de laboratório" ou "laboratorista" e

Superior Tribunal de Justiça

que a Lei Federal nº 11.907/08 ratifica, em seu art. 284, que o técnico em laboratório é um cargo de nível médio da carreira da Administração Pública Federal, e a Classificação Brasileira de Ocupações confirma a existência deste profissional como da Área de Saúde. Informa, ainda, que o assistente em laboratório é profissão devidamente regulamentada pelo Conselho Federal de Farmácia, podendo esses profissionais inscreverem-se e possuírem registro junto ao CRF/PE.

4. Consoante já decidiu a Quarta Turma desta Corte Regional, o emprego público de técnico em laboratório é privativo de profissional de saúde, sendo possível sua cumulação com outro cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, de acordo com o art. 37, XVI da CRFB/88 (PROCESSO: 08000038620164058308, APELREEX/PE, Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho (Convocado), 4ª Turma, j. 27/07/2017).

5. No que se refere à limitação de horário (60 horas semanais), embora tal matéria não conste do processo administrativo que considerou inacumuláveis os cargos por ausência de regulamentação da profissão como privativa de saúde, tenho por bem apreciá-la por ter sido alegada pela UFPE na contestação.

5. Segundo a jurisprudência da Primeira Turma desta Corte Regional, inclusive em sua composição ampliada, a limitação de horário (60 horas semanais) fixada pelo Parecer nº GQ-145/98, da Advocacia Geral da União, não tem o condão de obstar o direito da demandante de exercer os cargos públicos para os quais fora aprovada. O único impedimento para cumulação dos cargos é a incompatibilidade de horários, segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (Processo: 0800972-19.2016.4.05.8400, Relator Desembargador Federal Élio Siqueira, 1ª Turma em composição ampliada, J. 12.05.2017).

6. Conforme demonstrado pela autora, embora a cargas horárias somadas totalizem 64 horas, no cargo de Analista em Saúde, o regime de trabalho é de plantonista nos finais de semana, atuando a servidora de segunda a sexta no outro cargo, motivo pelo qual não há como se falar em choque de horários.

7. Apelação provida.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, a Universidade Federal do Estado de Pernambuco interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 1.022 do CPC/15 e 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90.

Afirma que, mesmo instado a tanto, o Tribunal de origem não se manifestou expressamente sobre o art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90.

No mérito, sustenta, em síntese, que:

A aplicação do Parecer GQ - 145, da Consultoria Geral da União, revela-se necessária, uma vez que, extrapolado o limite de 60 horas semanais, ainda que se considere física e mentalmente apto o servidor, não se mostra razoável entenderem-se compatíveis horários cumpridos cumulativamente de forma a remanescer, diariamente, pouco mais de oito horas diárias para que restem atendidas as necessidades de locomoção, de higiene física e mental, de

Superior Tribunal de Justiça

alimentação e de repouso dos servidores, como ocorrerá caso reste deferida a acumulação pleiteada pela autora/recorrida. (fl. 563)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que a recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca dos dispositivos legais apresentados nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar de que forma houve a alegada violação, pelo Tribunal de origem, dos dispositivos legais indicados pela recorrente. Incidência da Súmula n. 284/STF.

Nesse diapasão, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 535, inc. II, do CPC/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. O Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior, cabendo tal dever ao Supremo Tribunal Federal.

3. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súmula n. 283/STF.

4. A simples legação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira eles foram violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula n. 284/STF.

Superior Tribunal de Justiça

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 e 515, § 1º, E 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. CRÉDITOS RELATIVOS AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A ENERGIA ELÉTRICA. CONVERSÃO EM AÇÕES. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - A jurisprudência desta Corte considera que, quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

III - O recurso especial possui fundamentação vinculada, não constituindo instrumento processual destinado a examinar possível ofensa à norma Constitucional.

IV - Esta Corte firmou posicionamento, em recurso repetitivo, segundo o qual é cabível a conversão dos créditos relativos ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica em ações pelo valor patrimonial, e não pelo de mercado, sendo legítimo o critério de fixação do valor da ação no momento de sua conversão (art. 3º do Decreto-lei n. 1.512/76 e no art. 4º da Lei n. 7.181/83).

V - A possibilidade de a Eletrobrás converter os créditos de empréstimo compulsório em ações tem amparo em expressa autorização legal, sendo, portanto, incabível falar em abuso de direito.

VI - A parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de trechos dos julgados.

VII - Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp n. 1.274.167/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 9/11/2016.)

No mais, cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de acumulação de cargos públicos, nas hipóteses constitucionais, quando a jornada total final ultrapassar 60 (sessenta) horas semanais.

A Primeira Seção desta Corte Superior vinha reconhecendo a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 (sessenta) horas semanais.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).

Segundo a orientação da Corte Maior, seguida por este Superior Tribunal, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS REMUNERADOS. ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REQUISITO ÚNICO. AFERIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. A Primeira Seção desta Corte Superior tem reconhecido a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

2. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).

3. Segundo a orientação da Corte Maior, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública. Precedentes.

4. Adequação do entendimento desta Corte ao posicionamento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1746784/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018)

No tocante à compatibilidade de horários, assim decidiu o Tribunal *a quo, verbis*:

No que se refere à limitação de horário (60 horas semanais), embora tal matéria não conste do processo administrativo que considerou inacumuláveis os cargos por ausência de regulamentação da profissão como privativa de saúde, tenho por bem apreciá-la por ter sido alegada pela UFPE na contestação.

Segundo a jurisprudência da Primeira Turma desta Corte Regional, inclusive em sua composição [2] ampliada, a limitação de horário (60 horas

Superior Tribunal de Justiça

semanais) fixada pelo Parecer nº GQ-145/98, da [3] Advocacia Geral da União, não tem o condão de obstar o direito da demandante de exercer os cargos públicos para os quais fora aprovada. O único impedimento para cumulação dos cargos é a incompatibilidade de horários, segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal.

No caso dos autos, a apelante ocupa o cargo de técnico de laboratório na UFPE, lotada no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital das Clínicas e desempenha o cargo de analista em saúde no Governo do Estado de Pernambuco, sendo os dois privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, mostrando-se possível a cumulação. Ademais, conforme demonstrado no precedente supramencionado, é possível que o exercício dos dois cargos ultrapasse a carga horária de sessenta horas semanais, desde que não haja incompatibilidade de horários.

Conforme demonstrado pela autora, embora a cargas horárias somadas totalizem 64 horas, no cargo de Analista em Saúde, o regime de trabalho é de plantonista nos finais de semana, atuando a servidora de segunda a sexta no outro cargo, motivo pelo qual não há como se falar em choque de horários. (fl. 482)

Por outro lado, não há nos autos qualquer informação no sentido de que a Administração Pública teria realização efetivamente a aferição pela incompatibilidade de horários, tendo baseado o apontado indeferimento de acumulação na presunção de incompatibilidade somente pela soma, em tese, das jornadas.

Desse modo, inviável a análise do pleito recursal no sentido de que haveria incompatibilidade de horários, uma vez que demandaria análise do conjunto fático-probatório dos autos, de modo a atrair a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada pelo TRF da 5ª Região em 1% (um por cento), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

